



**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA
MARTA DE PENAGUIÃO, NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2019**

N.º 02/2019

MESA DA ASSEMBLEIA: -----

----- Presidente - José Alberto Moreira Araújo, 1.º Secretário – Rosa Martins Cardoso, 2.º
Secretário – António Júlio Alves Fernandes. -----

PRESENÇAS: -----

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PS: -----

----- José Emílio Esteves da Silva, José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Morais Guedes
Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Inês Nogueira
Rebelo, Manuel António Esteves Rebelo, João dos Santos Silva, António Paulo Monteiro Pinto
Conceição, António Júlio da Costa Almeida, Fernando Borges Moreira, Gil Carlos Lourenço
Teixeira. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Fazer Mais Pela Nossa Terra”: -----

----- Fernando José Mourão Gonçalves. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Por Medrões Sempre”: -----

----- José Paulo Barreira da Mota. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PPD/PSD: -----

----- Paulo Sérgio de Sousa Prior, Eugénio da Conceição Borges Rocha, Ivete Nogueira
Moreiras, Jóni André Borges Madureira. -----

----- Deputada Municipal Eleita pelo CDS/PP: -----

----- Ana Paula Borges Gouveia. -----



AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Urbano Salgueiro Vidal e Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe da Divisão Administrativa Financeira e de Recursos Humanos. -----

SECRETARIOU: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

HORA DE ABERTURA: 18:00 HORAS. -----

----- **ATA DA REUNÃO ANTERIOR:** Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da respetiva reunião.-----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1** - Apreciação e votação das Atas das sessões anteriores. -----

----- **1.2** - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

----- **1.3** - Assuntos de interesse para o Município. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** - Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2** – Deliberar sobre a proposta de Transferência de Competências para as Autarquias Locais na área da Proteção e Saúde Animal e no domínio da Cultura (n.º 2 do artigo 4.º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro e n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de fevereiro de 2019); -----



----- **2.3** - Discutir o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de fevereiro de 2019); -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”** -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão Ordinária do dia 22 de fevereiro, proferindo as seguintes palavras: -----

----- *“Antes de mais gostaria de cumprimentar todos os presentes, começando pelos meus colegas desta missão da Assembleia Municipal, a todos saúdo, também o meu cumprimento especial ao Executivo Municipal, e, uma saudação “mui honrosa” a todo o público presente que mais uma vez se associou às reuniões das Assembleias Municipais, portanto é sempre um prazer, um gosto e uma satisfação, poder constatar que as nossas Sessões da Assembleia Municipal continua a ter bastante público presente. A todos vós bem hajam por terem vindo a esta Sessão.”* -----

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. -----

----- Após a verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- **1.1** – Apreciação e votação das Atas das Sessões anteriores. -----

----- **1.1.1** – Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 30 de novembro de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da Ata da Sessão realizada no dia 30 de novembro de 2018, uma vez que a mesma foi distribuída com antecedência a todos os membros, a qual foi concedida. -----



----- Seguidamente, a referida Ata foi colocada à discussão, não se registando pedidos de intervenção, a Ata foi colocada a votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO:** Aprovada, por unanimidade. Não participaram na votação, ao abrigo do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, os Senhores Deputados Municipais José Alberto Moreira Araújo, Rosa Martins Cardoso, Cesário Pinto Canário, Ivete Nogueira Moreiras, Jóni André Borges Madureira, António Júlio da Costa Almeida e Fernando Borges Moreira, em virtude de não terem estado presentes na sessão titulada pela Ata objeto de aprovação. -----

----- **1.1.2** – Apreciação e votação da Ata da Sessão Extraordinária realizada no dia 25 de janeiro de 2019. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da Ata da Sessão realizada no dia 25 de janeiro de dois mil e dezanove, uma vez que a mesma foi distribuída com antecedência a todos os membros, a qual foi concedida. ---

----- Seguidamente, a referida Ata foi colocada à discussão. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que após cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e restantes elementos da Mesa, os Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador do PSD, restante Executivo e funcionários, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *"Constatamos que não foi transcrito para a mesma a intervenção proferida pelo Senhor Deputado Paulo Conceição e, assim sendo, vamos votar redondamente contra essa Ata, caso contrário estávamos a caucionar uma intervenção inqualificável, totalmente infundada e que faltou conscientemente à verdade dos factos e desde já aproveito, também, para requerer uma cópia da gravação da Ata, para ponderar o recurso à via judicial imputando ao Senhor Deputado a responsabilidade criminal, pelo crime de injúrias que cometeu nesta Assembleia,*



crime de injúrias esse que é agravado, porque foi cometido sobre um Deputado Municipal no exercício das suas funções”. -----

----- Face ao exposto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse as seguintes palavras: -----

----- “Com certeza Senhor Deputado, não está aqui presente quem a Secretariou, mas irei providenciar e verificar o que se passou de facto, ver o lapso cometido para depois fazer a devida correção.” -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovada, por maioria, com quatro votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD. Não participaram na votação, ao abrigo do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, os Senhores Deputados Municipais Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio e Fernando José Mourão Gonçalves, em virtude de não terem estado presentes na sessão titulada pela Ata objeto de aprovação. -----

----- **1.3 –** Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou os Senhores Deputados Municipais que toda correspondência recebida foi remetida aos mesmos, por correio eletrónico, mais informou que a resposta relativamente a uma petição apresentada na última reunião, pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, foi reencaminhada para a Bancada, contendo os elementos solicitados. -----

----- Não se registaram pedidos de intervenção. -----

----- **1.4 – Assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Antes de abrir o período de inscrição para intervenção dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia proferiu as seguintes considerações: -----

----- *"Permitam-me que, e na sequência da última intervenção que eu tive aqui, relativamente a enaltecer um jovem do Concelho que foi chamado aos trabalhos da Seleção Nacional de Sub 17, não tinha conhecimento mas depois fui alertado por um Município, que um jovem do Concelho, o Gonçalo Novais, num dos jornais de Penafiel, mereceu uma menção honrosa e foi considerado o jornalista desportivo do ano, acho que é uma satisfação enorme saber que um jovem do Concelho, também fora do território de Santa Marta de Penaguião, é elogiado e dignificado pelo seu trabalho jornalístico num órgão de comunicação regional, trabalho que tem feito nesse órgão de comunicação, os parabéns para o Gonçalo Novais pelo desempenho, pelo trabalho e dedicação ao jornalismo regional."* -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de "Antes da Ordem do Dia", passando ao período seguinte. ---

----- **2 – PERÍODO DA "ORDEM DO DIA":** -----

----- **2.1** – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate e discussão, solicitando a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior para proferir as seguintes palavras: -----

----- *"O esclarecimento que pretendia do Executivo, relativamente à faturação a liquidar por fornecedor. -----*

----- *Primeiro esclarecimento, a justificação do porquê do aumento do valor. -----*

----- *Quanto à "Auto Viação do Tâmega", a Câmara Municipal devia, em novembro de 2018, eu vou falar em números redondos para não estar aqui ao cêntimo, dez mil euros atualmente deve vinte e sete mil; "Associação de Municípios" mil e seiscentos euros, atualmente seis mil e duzentos euros. Estas situações, que eu estou aqui a referir, já transitaram da faturação a liquidar de novembro de 2018; "HORTIRELVA" cinco mil e quinhentos euros, o valor mantem-*



se igual; “SUMA MATOSINHOS”, a diferença aqui, era quatro mil oitocentos e noventa e nove euros e agora é menos, quatro mil setecentos e setenta e um euros; “CORSAR” era mil cento e dezanove euros, agora é mil setecentos e quinze euros; “KONICA” eram mil e setecentos, agora são cinco mil e setecentos; “MEDIDATA” eram dezanove mil, agora são trinta e oito mil; “RESINORTE” eram oito mil, agora são trinta e sete mil; “GERTAL” eram nove mil agora são vinte e dois mil; “ECOAMBIENTE” eram dezanove mil, agora são trinta e oito mil; “ACA” eram vinte mil agora são cinquenta e oito mil; “HABIPENAGUIÃO” eram quarenta e oito, agora são trinta e oito, uma das situações em que há um decréscimo da dívida; “Águas do Norte” cento e vinte e oito, agora são cento e oitenta e três mil; “PMSG” eram oito mil, agora são trinta mil; “METAS TRANSPARENTES” eram mil e setecentos, agora são seis mil e quinhentos; “ÂNGULO RECTO” eram cinquenta e cinco mil, agora são noventa e dois mil; “TRACUR” eram três mil e agora são catorze mil. -----

----- Desde já manifestar a preocupação porque a dívida do Município, em novembro de 2018, é de quatrocentos e catorze mil seiscentos e dezanove euros e vinte e nove centimos, sendo atualmente setecentos e dezoito mil duzentos e vinte e cinco euros e dois centimos, o que representa um acréscimo de trezentos e três mil seiscentos e cinco euros e setenta e três centimos, aproximadamente trezentos mil euros. -----

----- Outros esclarecimentos que também queria do Senhor Presidente da Câmara, há aqui um fornecimento de um Senhor Mário Gonçalves LDA, uma empresa do porto, cujo objeto é ferragens, quero perguntar-lhe se há ou não no Concelho alguma empresa com capacidade para prestar este serviço; “HORTIRELVA” uma empresa de Viseu, perguntar-lhe também, há ou não no Concelho alguma empresa com capacidade para prestar este serviço; “BOASSOCIADOS, PROJETOS DE ENGENHARIA, LDA”, uma empresa de Braga, qual foram os serviços prestados e se há ou não no Concelho alguma empresa com capacidade para prestar estes serviços; “ORIPPO” é uma empresa de Aveiro de consultadoria, onde



também estamos a falar de um valor de dois mil e quatrocentos euros, qual foi o serviço prestado, se há ou não no Concelho, ou próximo do Concelho, alguma empresa com capacidade para prestar este serviço; "IELAC - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E AR CONDICIONADO", outra empresa de Famalicão, são aqui os grandes credores da Câmara Municipal, são empresas de Famalicão e aqui estamos a falar de um valor de cinquenta e oito mil duzentos e dezanove euros, qual foi o serviço prestado, se há ou não no Concelho alguma empresa com capacidade para o mesmo; "IDONIC" uma empresa da Maia, qual foi o serviço prestado e se há ou não no Concelho alguma empresa com capacidade para o mesmo; "CARDINAL EXEMPLAR é uma empresa da Régua, instalação de canalizações, se há ou não no Concelho alguma empresa com capacidade para prestar este serviço." -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que após cumprimentar os presentes disse: -----

----- "Em primeiro lugar, quero registar a forma como hoje está muito simpático e calmo, acho que a última Assembleia fez muito bem a muita gente e por isso registar a forma como se dirigiu, quer à Mesa da Assembleia, quer ao Executivo. Muito bem, falemos de contas! -----

----- Quem gere e quem está habituado a gerir um Município sabe que tem sempre a impossibilidade de prever os gastos, a impossibilidade das decisões judiciais e muito mais as necessidades prementes de cada Município. -----

----- Relativamente à gestão da dívida, aliás há diretores muito famosos que dizem que as dívidas não são para se pagar são para se gerir, como sabem é impensável a qualquer Município, a não ser um Município que tenha muito dinheiro e nós temos alguns, por exemplo todos aqueles que têm a sorte de ter renováveis não têm este problema, mas todos aqueles que não têm receitas extraordinárias significativas todos os meses têm que cumprir os seus compromissos e nós temos cumprido os compromissos. A situação é que, quem gere



empresas sabe perfeitamente que a maior parte das faturas cai normalmente em novembro e dezembro e é muito simples, quem percebe um bocadinho de contabilidade sabe que se as faturas são registadas nestes meses, se foram registadas em fevereiro ou se foram registadas em janeiro, é porque no limite entram em dezembro, se entram em dezembro não podiam ser pagas antes de novembro, foi esta a comparação, mas também é verdade que se a gente deve dez e passa a dever vinte, não quer dizer que não tenha pago trinta, não sei se me fiz entender, a gente pode dever dez, pode pagar trinta porque entretanto fez pagamentos e depois posteriormente pode entrar novas faturas que aumentam a faturação, mas o que importa relativamente às contas, e, é bom que as pessoas percebam, não há problema nenhum porque elas são públicas, portanto se houvesse algum problema possivelmente não eram esclarecedoras, temos aqui um controlo. A única situação, que nós deixámos derivar um bocadinho no tempo, tem a ver com as “Águas do Norte”, porque ainda não nos pagaram a renda devida de 2018 pagaram, salvo erro, até julho e falta pagar o resto do ano e por isso entendemos que deveríamos pressionar, no sentido de acertar contas. Portanto todo o resto, Senhor Membro desta Assembleia, é do decurso normal de um Município que fez investimentos que não estava naturalmente a prever e que, numa boa gestão, derivam de mês para mês, sendo certo que nós rapidamente vamos regularizar a situação. -----

----- Relativamente às empresas já é recorrente, ou seja, faz todo o sentido perguntar se são ou não são do Concelho, mas também faz sentido saber as empresas que temos no Concelho, não sei se me fiz entender? -----

----- Faz todo o sentido perguntar o porquê das empresas serem de fora do Concelho, mas faz todo sentido a quem anda cá há muito tempo, desde noventa e sete, saber que empresas há no Concelho e o que fazem, porque senão estamos-nos a repetir sempre relativamente a estas situações e para terem um exemplo, a “Mário Gonçalves” trabalha com o Município de Santa Marta de Penaguião desde mil novecentos e oitenta e sete, todas as segundas-feiras



de cada mês, ou melhor, todas as primeiras semanas de cada mês até 2010/2011, tinha um camião estacionado em frente aquele edifício, vinha entregar sempre material na primeira semana de cada mês, portanto quem anda em Santa Marta, já vê essa empresa cá e naturalmente, também não custa nada agora com a internet é só ver o que que o “Mário Gonçalves” tem, o “Mário Gonçalves” tem peças, acessórios para os ramais de água que ninguém em Santa Marta tem, a razão da “Mário Gonçalves” é exatamente essa, ou seja, todo o fornecimento que faz é em acessórios para redes de água e saneamento, nomeadamente valas, abraçadeiras e etc., que nós aqui em Santa Marta não temos. Depois a “Hortirelva”, que eu conheça em Santa Marta não há nenhuma empresa que trata dos relvados, portanto não conheço e por isso é que é a “Hortirelva”, porque no Concelho também não há nenhuma que faça tratamentos de relvados, pelo menos que eu conheça. A “Boassociados” é estranho e aqui se percebe as intenções, a “Boassociados” foi aqui elogiada e foi elogiada na inauguração da escola pelo excelente trabalho que fez na fiscalização, é conhecido de todos e nós felizmente temos alguém no Executivo que é da área, o trabalho exemplar que a “Boassociados” fez, que é, ou era, a fiscalização externa às obras. Pelo excelente trabalho que fez, continua a nos a acompanhar e é com gosto que dizemos que um dos seus donos, ou um dos sócios, acho que são dois sócios, é um Penaguiense, que é o Afonso Osório, filho da Dona Lídia que trabalhava na segurança social, portanto apesar de estar em Braga é um Penaguiense, mas não conheço em Santa Marta nenhum escritório de engenharia civil com capacidade de ter intervenção nas áreas da construção civil, na área do avac, na área da eletricidade e portanto não conheço nenhum escritório capaz de o garantir. Depois o “Oripipo” não sei, mas o Dr. Sequeira fez o favor de o ir buscar, como sabem nós temos a certificação, que nunca é relevado pela oposição, da qualidade e segurança e a “Oripipo” é a firma que nos audita na higiene e segurança no trabalho, portanto que eu saiba em Santa Marta de Penaguião também não há nenhuma empresa que o faça. A “IELAC” é uma empresa, que



curiosamente e agora vamos ver se a gente se percebe, é de Famalicão e a “Boassociados” é de onde? Ninguém procurou? O “Mário Gonçalves” é de onde? Ninguém disse, mas disseram a “IELAC” é de Famalicão é para vermos as intenções das coisas. Pois bem, eu tenho que lhe agradecer, que eu não sabia, desconhecia de onde era a “IELAC”, portanto a “IELAC” foi a empresa que nos montou a “UTA” nas piscinas, que eu saiba em Santa Marta não há ninguém, nem Santa Marta nem na Régua, com capacidade para esse trabalho, e, a “IDONIC” não sei o que é, aqui o Dr. sequeira também não sabe, como veem não temos preferência em qualquer origem das empresas, fazemo-lo sempre, mas atenção e olhem que isto é um aviso, quando daqui a uns meses vier uma situação por nós privilegiarmos as firmas do Concelho, quero ver a posição do PSD. -----

----- A “IDONIC” é a que faz o software para o registo da assiduidade dos funcionários. -----

----- Agora há aqui duas coisas que é preciso perceber, das duas, uma, ou o PSD pede a listagem de todos os fornecedores que nós temos e é muito mais fácil, em meia hora resolve-se o problema todo, ou não queira que um Presidente de Câmara saiba de cor e salteado os nomes, a origem e o número de contribuinte dos fornecedores, era o que faltava, e, é engraçado que não há sequer uma opinião política numa Assembleia e querem que o Presidente da Câmara saiba o número de contribuinte e a rua de onde são as empresas! Nós também temos de ser de forma razoável! Mas dizer-lhes que a questão da origem das empresas não nos diz respeito, o que nos diz respeito é nós procuramos os melhores preços, o melhor serviço e dizer-lhes que na questão da “IELAC”, por exemplo, estamos em condições agora de lhes pagar, como sabem houve problemas nas piscinas que não ficaram resolvidas e quem anda nas piscinas sabe que só agora, há cerca de uma semana, é que nós conseguimos estabilizar o sistema de águas e por isso algumas situações se alongam no tempo exatamente por isso! -----



----- Portanto Senhor Membro desta Assembleia, se desejar e fizer o requerimento à mesa, nós temos todo o gosto de lhe mandar a listagem com o nome, com o endereço, número contribuinte, tipo de fornecimento, tudo, poupamos a quem nos vem visitar, porque gosta de nós de facto, de situações que em termos de interesse do Concelho, valem o que vale!" -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, para proferir as seguintes palavras: -

----- "Senhor Presidente, o Senhor disse que é normal o Município chegar a esta altura com faturas por liquidar aos fornecedores, de setecentos e dezoito mil euros, acha isso muito normal, diz que até é o normal das empresas, mas o normal desta Câmara, quando o Senhor fazia parte também desse Executivo, era chegar a dezembro com zero, era notícia a nível nacional, certo que se recorda! -----

----- O normal pode ser isso, mas o que é vantagem é ser a exceção e o Senhor sabe muito bem, Santa Marta de Penaguião, o seu antecessor chegava a dezembro e dizia, não me diga que não era verdade, ou seja era notícia pública, era notícia de televisão, era quase notícia de abertura de jornal, que era das poucas Câmaras a nível nacional que chegava a dezembro e com zero de faturas a liquidar aos fornecedores e os fornecedores de Santa Marta também sabem disso, o Senhor Presidente de Câmara sabe bem como é que recebiam antes e sabe bem como é que recebem agora! -----

----- Faz todo o Sentido e não deve confundir, "os olhos da menina com a menina dos olhos", a nossa função aqui é fiscalizar, a sua é prestar os esclarecimentos! -----

----- A "Hortirelva" que é de Viseu, o Senhor costuma sempre com essa soberba dizer que os Deputados Municipais do PSD não são de cá, o Senhor que já anda cá desde mil novecentos e oitenta e sete e não conhece que existe pelo menos uma empresa que se dedica a este ramo no Concelho é lamentável! Quanto à "Boassociados" ninguém está a questionar o mérito do trabalho Senhor Presidente de Câmara, o Senhor é que do início do seu mandato, no mandato anterior reuniu aqui com os empresários e garantiu a esses empresários do

Concelho, que em igualdade de circunstância, era sempre dada a preferência aos empresários deste Concelho, certo?! Nessa igualdade de circunstância há uma coisa que eu não entendo que o Senhor referiu na última reunião, não há uma empresa de construção civil em Santa Marta de Penaguião capaz para executar o muro de Soutelo! E além disso ninguém lhe referiu aqui só Famalicão, na verdade há aqui três empresas de Famalicão, mas também lhe disse que a “Mário Gonçalves” era do Porto, “Hortirelva” era de Viseu, que a “Oripito” era de Aveiro, que a “IELAC” era de Famalicão e que a “IDONIC” era da Maia e que a “Cardinal Exemplar” era da Régua, foi-lhe dito isso, não foi feita aqui nenhuma distinção em relação a Famalicão, embora na verdade são três, isso é um facto aqui inquestionável. -----

----- Por isso, e não são as decisões judiciais, oh Senhor Presidente nós nas decisões judiciais, a Câmara foi recentemente condenada a pagar cinquenta e um mil euros, não foram quinhentos e tal mil, não é isso, uma Câmara sendo financeiramente saudável, não é cinquenta mil euros que vai abalar a situação financeira da Câmara, a verdade dos números é esta. Hoje o Senhor deve setecentos e dezoito mil euros zero!” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra e proferiu as seguintes palavras: ---

----- “Isto é muito bonito, mas as pessoas não sabem do que falam!” -----

----- Eu vou pedir que fique registado em Ata, para pedir a cópia da Ata do mês de agosto, não, para pedir a Ata antes das eleições de dois mil e treze, onde foi apresentado um requerimento pelo Vereador Luís Machado a pedir as contas da Câmara e depois mostramos ao Senhor Vereador o que foi! -----

----- Para lhe dizer que nós quando tomamos posse, em dois mil e treze, tínhamos um milhão e duzentos mil de dívida a fornecedores e tínhamos mais de trezentos mil de despesas não registadas Senhores Membros da Assembleia! Por isso é que eu digo que muitos não andam cá, porque bastava ler as Atas, mas não tem problema, nem precisa de ser preocupar, está aqui o Senhor Chefe de Divisão que vai fazer o favor de fotocopiar e mandar para os Senhores

Vereadores! E vão lá ver que foi exatamente por eu conhecer tão bem, é que eu sendo membro desse Executivo e da maioria desse Executivo, tive a iniciativa de pedir as dívidas a fornecedores nessa altura porque sabia que este dia ia chegar! Chegou seis anos depois, mas chegou. Se isto lhe chega!” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior para proferir as seguintes palavras: -

----- “Olhe então não tem que dar só a de dois mil e treze, o seu antecessor esteve na Câmara mais de vinte anos, tem que dar também dos anos anteriores, não se cinja só a dois mil e treze. -----

----- É lamentável alguém que faz parte do Executivo, tem que fazer esse requerimento, o quê que o Senhor estava lá a fazer Senhor Presidente de Câmara? Então o Senhor não era o Vereador na altura? O Senhor assinava de cruz? Não perguntava, não sabia das contas da Câmara Municipal em dois mil e treze? -----

----- Impõem-se fazer esta pergunta! O quê que o Senhor estava lá a fazer e mais Senhor Presidente de Câmara, quanto a isso e para que o Senhor Chefe de Serviço, Senhor Sequeira, para que não traga só dois mil e treze, desde já se requer dos anos anteriores, quais eram as dívidas da Câmara Municipal em dezembro, em trinta e um de dezembro, nos vinte anos anteriores? -----

----- Não nos vamos cingir unicamente a dois mil a dois mil e treze, porque dois mil e treze não pode ser capote para tudo Senhor Presidente de Câmara e, além disso ainda lhe digo mais, e o Senhor ainda recebeu desses pagamentos a fornecedores, ainda recebeu depois fundos comunitários de valor quase igual àquele que ficou como dívida! -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra e proferiu as seguintes palavras: ---

----- “Se no mandato do meu antecessor eu fazia parte do Executivo, então o mérito também é meu, ou não é?! -----



----- O Senhor Membro da Assembleia diz que o meu antecessor não devia e eu não fazia parte, como agora eu disse que essa dívida estava registava, já não andava lá a fazer nada, mas atenção Senhor Membro da Assembleia, se quiser perceber os últimos vinte anos, peça a faturação de janeiro, pode escrever se quiser perceber as contas, peça, eu estou-lhe a dar um conselho, se quiser perceber as dívidas que está a pedir, peça a faturação de janeiro, certo! -----

----- Mas de qualquer das maneiras, como eu sabia que este dia chegaria, porque há-de chegar e depois há outra coisa que é importante, muito importante que o PSD tem que assumir e gostaria que o deixasse escrito! -----

----- É previsível, nós termos dívidas a fornecedores, que vamos ter sempre e sempre tivemos, portanto, essa do zero vale o que vale, porque sempre tivemos. Eu vou-lhe explicar particularmente, se for inteligente como diz que é e pensa que é, vai à faturação de janeiro dos anos todos seguintes e percebe! -----

----- Agora o PSD tem que dizer uma coisa e tem que o deixar aqui escrito, nós queremos no final do ano de dois mil e dezanove, zero dívidas e cortamos os apoios sociais, nós estamos com mais de quinhentos mil por ano foi uma opção nossa, preferimos gerir a dívida a fornecedores dentro da legalidade e apoiar as pessoas, o PSD que não conhece o nosso Orçamento porque não conhece, porque se soubesse o que é um Orçamento de um Município como o nosso, sabe que nós temos que gerir desta forma, ou então que diga e deixamos de apoiar, deixamos de investir na educação, não são pelos vistos áreas muito prioritárias para o PSD e a conta fica a zero! -----

----- Agora Senhor Membro da Assembleia, até lhe vou pedir um favor, já que pediu ao Senhor Chefe de Divisão os últimos vinte anos, eu também peço ao Senhor Chefe de Divisão que traga os apoios sociais dos últimos vinte anos!" -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.** -----



----- 2.2 – Deliberar sobre a proposta de Transferência de Competências para as Autarquias Locais na área da Proteção e Saúde Animal e no domínio da Cultura (n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro e n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro).

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de Transferência de Competências para as Autarquias Locais na área da Proteção e Saúde Animal e no domínio da Cultura, com o seguinte teor: -----

----- “ I - Enquadramento -----

----- Considerando que, na sequência do cumprimento da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, que veio regular a transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, estabelecendo no n.º 2 do seu artigo 4.º que se admite a sua concretização gradual já em 2019 mediante comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido; -----

----- Considerando que algumas matérias ainda não haviam sido legisladas na sua especialidade, tendo sido recentemente publicados os diplomas setoriais relativos às áreas da saúde e proteção animal; educação; cultura e saúde; -----

----- Importa agora decidir quais as competências que devem ser aceites ou não ao abrigo deste quadro de transferência. -----

----- II – Enunciação dos diplomas legais e respetivas competências -----

-----A transferência das novas competências para os órgãos municipais, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial, a seguir elencados, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa, após deliberação dos seus órgãos nesse sentido. -----

----- i) *Diplomas legais de âmbito setorial que estabelecem os termos e os prazos para a concretização da transferência das competências ainda em 2019 para os órgãos municipais:*

----- 1. *Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os municípios na área da proteção e saúde animal – comunicação até 1 de abril: -----*

----- 1.1. *Com esta transferência, o Presidente da Câmara Municipal passa a ter as seguintes competências relativamente à proteção e saúde animal de animais de companhia: -----*

----- a) *Receber a comunicação prévia relativa aos centros de recolha e alojamento para hospedagem de animais de companhia; -----*

----- b) *Autorizar os alojamentos para hospedagem com fins lucrativos destinados à reprodução e criação de animais potencialmente perigosos; -----*

----- c) *Autorizar a realização de concursos e exposições; -----*

----- d) *Autorizar a detenção de animais de companhia em prédios urbanos em número superior a três cães e quatro gatos adultos por cada fogo, e até ao máximo de seis animais adultos; -----*

----- e) *Determinar a realização de ações ou campanhas públicas de profilaxia médica e sanitária, destinadas a manter a vigilância sanitária e combate a zoonoses. -----*

----- 1.2. *Já no domínio da proteção e saúde animal de animais de produção, compete ao Presidente da Câmara Municipal: -----*

----- a) *Exercer as competências da entidade coordenadora, nos termos do Decreto-Lei nº 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual, sempre que estejam em causa as explorações da classe 3 do regime de exercício da atividade pecuária, incluindo o registo e a alteração do registo; -----*

----- b) *Proceder ao registo da detenção caseira de espécies pecuárias; -----*

----- c) Assegurar o controlo do cumprimento dos requisitos do exercício da atividade pecuária e da detenção caseira das espécies pecuárias, bem como o controlo do bem-estar e sanidade animal nos termos do Decreto-Lei n.º 64/200, de 22 de abril na sua atual redação. -----

----- 1.3. Quanto à segurança dos alimentos, passa a atribuir-se às Câmaras Municipais a qualidade de entidade coordenadora dos estabelecimentos industriais que explorem atividades agroalimentares que utilizem matéria-prima de origem animal não transformada, ou atividade que envolva manipulação de subprodutos de origem animal ou atividade de fabrico de alimentos para animais quando enquadráveis na classe 3, no âmbito do Sistema da Indústria Responsável (SIR). -----

----- 1.4. A prestação dos serviços públicos supra referidos está sujeita ao pagamento de taxas a fixar pelos Municípios, que constituem receita própria. Ainda em matéria de contraordenações, a competência para autuar e instruir os processos contraordenacionais cabe aos Municípios, constituindo receita própria destes o produto das coimas. -----

----- 2. Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura – comunicação até 1 de abril:

----- 2.1. Nesta matéria, os Municípios passam a ter as seguintes competências: -----

----- a) Gestão, valorização e conservação dos imóveis que, sendo classificados, se considerem de âmbito local, cuja identificação consta do anexo I ao referido decreto-lei; -----

----- b) Gestão, valorização e conservação de museus que não sejam denominados museus nacionais e identificados no anexo II ao referido Decreto-Lei; -----

----- c) Controlo prévio e fiscalização de espetáculos de natureza artística; -----

----- d) Recrutamento, seleção e gestão dos trabalhadores afetos ao património cultural que, sendo classificado, se considere de âmbito local e aos museus que não sejam denominados museus nacionais. -----



----- 2.2 No âmbito deste diploma, passa a constituir receita do Município, a receita obtida com a utilização de espaços e a captação e imagem e realização de filmagens, que envolvam os imóveis e os museus sob sua gestão; o produto da cobrança de ingressos, nos imóveis e museus sob sua gestão e o produto das taxas devidas pelas meras comunicações prévias de espetáculos de natureza artística. -----

----- III – Proposta -----

----- Nos termos do exposto, submete-se ao Executivo Municipal a presente proposta, no sentido de deliberar sobre a decisão de aceitação ou rejeição das transferências nos termos dos diplomas antes referidos.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 19 de fevereiro de 2019. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que proferiu as seguintes palavras: -

----- “Serei muito rápido, mas antes um esclarecimento a esta Assembleia. -----

----- Eu só dei conta agora, ao ler a Ata, de uma frase do Senhor Presidente de Câmara que disse que, o envelope financeiro não estava ainda aprovado porque o PSD votou contra. ----

----- Senhor Presidente de Câmara até parece lamentável dizer uma coisa destas, mas quem suporta o Governo é o PSD? Não é o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista? -----

----- Não foi aprovado porque o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista votaram contra, só para repor a verdade! -----

----- Relativamente a estes Decretos-lei, a nossa bancada gostava de saber qual é a fundamentação para a rejeição?” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras:

----- *“Em primeiro lugar, de facto as pessoas não querem entender, a descentralização foi um projeto nacional entre o “PS” e o “PSD”! Alguém desmente isto? O Bloco de Esquerda não queria, o “PCP” não quer! Alguém desmente isto? -----*

----- *O “PSD” andou em negociações, chegou à votação, não vota, de quem é a culpa? É do Bloco de Esquerda que nunca disse que queria a descentralização? -----*

----- *A Associação Nacional de Municípios, o “PS” e o “PSD” acertaram as áreas da descentralização e depois é só ir à comunicação social, o “PSD” não concordou com o valor monetário dos novecentos milhões, e foi por isso! Verdade ou mentira? Ainda bem que está a dizer que sim! Foi por isso que não votou, então de quem é a culpa? Daqueles que nunca quiseram a descentralização? Quer dizer, o Bloco de Esquerda não queria a descentralização ia votar a favor do pacote? Não! “PCP” idem, aspas, o “CDS” idem, aspas! Então quem é o culpado se o negócio da descentralização estava a ser feito entre “PS” e “PSD”? O “PSD” não votou, fica bem esclarecido! -----*

----- *Depois há aqui uma coisa que também é preciso a gente, de uma vez por todas, definir bem, que é para depois nos prepararmos para a Assembleia! Na reunião de Câmara foram explanados os argumentos que levaram a rejeição dos dois diplomas! Era espectável para quem anda na política autárquica que essa informação dos argumentos chegasse à Assembleia por quem de direito! Mas pelos vistos não é assim e como não é assim, nós repetimos! -----*

----- *Primeiro, um pedido de desculpas porque não foi possível tratar estes dois diplomas à semelhança dos anteriores, porque eu fui surpreendido, não tinha ideia, portanto a ideia que eu tinha é que o da saúde e da proteção animal, segurança alimentar, a cultura, a educação e a saúde tínhamos que nos prenunciar até trinta de abril e depois o Chefe de Divisão, Dr. Sequeira, fez o favor de me lembrar que na questão da saúde animal, saúde e proteção animal e segurança alimentar e cultura, temos que o fazer até dia um de abril, ou seja, tínhamos esta*



Assembleia, se não, tínhamos que marcar uma Assembleia Extraordinária e por isso não foi possível discutir com os grupos que estão aqui nesta Assembleia antes de ir à Câmara, fizemos isso, portanto depois da análise também nos pareceu que não era tão determinante pelo seguinte: -----

----- Na saúde, proteção animal e segurança alimentar as competências que estão, embora muitas já são partilhadas, mas muitas passam só para o Município, ia desde logo obrigar à contratualização de um veterinário Municipal. Como sabem nós nunca tivemos um veterinário Municipal, ele sempre foi partilhado inicialmente entre Vila Real e Santa Marta, depois quando foi criada a Associação de Municípios Vale Douro Norte, pela Associação, e nós penso eu que sensatamente, estamos à espera que os Municípios vizinhos se renunciem. Sendo que Vila Real já vai aceitar esta competência, mas que se renunciem sobre a aceitação ou não para ver se é possível partilhar o veterinário Municipal. E partilhar porquê? Porque ele vai ser necessário, porque inicialmente o trabalho e a exigência são para além daquilo que os Municípios como o nosso têm competência! -----

----- Primeiro nós teríamos que assumir toda a responsabilidade, nomeadamente dos rebanhos, portanto, qualquer conjunto de animais acima de quinze, a responsabilidade é total da Câmara, no caso do rebanho que existe lá em cima em Santa Quitéria, passava a ser da responsabilidade exclusiva nossa, se houvesse pocilgas passava a ser nossa responsabilidade, temos que registar todos os gatos, cães e porcos, todos os animais que há no Concelho. -----

----- Depois passava para nós a competência de autorizar ou não a detenção de animais em casa, neste caso até três cães e quatro gatos, no máximo de seis, e humanamente não era possível fazer este trabalho até assumirmos a competência. Por isso entendemos que deveremos aguardar até junho, porque em junho temos que nos renunciar para o ano de dois mil e vinte e se os Municípios vizinhos também forem aceitar, partilharemos alguns



serviços e também teremos que comprar duas aplicações, com a Direcção-Geral de Veterinária para depois ser direto e nesta altura não temos condições para assumir esta competência da forma como ela está e das implicações que tem junto dos munícipes. Tínhamos de registar as galinhas, portanto todos esses animais tinham de ficar todos registados, depois a higiene sanitária é da nossa responsabilidade e de facto é um volume de trabalho que o tempo não permite executar! -----

----- Relativamente à cultura, a cultura parecia quase inócuo e para nós ficaria quase deserto, tem lá uma alínea de um artigo em que a competência da fiscalização dos recintos fixos passaria para o Município ou seja, como sabem e quem conhece o nosso Concelho, nós temos em Alvações o Centro Cultural, em São João de Lobrigos temos a Casa do Povo e a Sede da Junta, em Sanhoane temos o Passal, em Medrões temos a Sede da Junta, o espaço do Centro Cultural, em Fontes temos o Multiusos e o salão dos bombeiros, em Paradela temos o Centro do Grupo Etnográfico, na Cumieira temos o salão da Associação em Sever temos o Centro Cultural, em Fontes temos o Passal, portanto temos uma serie de recintos que todos sabemos que não cumprem com os requisitos exigidos, ou seja se nós assumirmos essa competência, não era possível nesta circunstância realizar lá uma atividade que seja e, como sabem, por exemplo em Alvações do Corgo têm feito uma serie de eventos solidários em beneficio da Matilde e não era possível nós licenciarmos, ora como as pessoas e os grupos não estão sensibilizados para esta situação, o quê que nós pretendemos e decidimos fazer! Até junho vamos dar conhecimento aos proprietários dos espaços o que tem que fazer para depois poderem realizar os eventos. E porque é que isto acontece? Para terem uma ideia a tragédia que aconteceu em Tondela, se tivéssemos esse azar num desses espaços em Santa Marta de Penaguião, a responsabilidade seria da Câmara, aquela tragédia que aconteceu em Tuizendes, se tem acontecido dentro do espaço era muito complicado para todos, portanto é um risco muito grande e as pessoas não estão, nomeadamente os proprietários das



associações, esclarecidas das regras que têm que por e é uma coisa muito simples, por exemplo todos eles vão ter que investir cerca de cinco mil euros numa porta corta-fogo, pelo menos isto tem que ter, portanto estão a ver o que é nós agora obrigarmos, de um momento para o outro, a fazer esse trabalho. Se me disserem assim, mas é obrigatório? É! A responsabilidade de quem é? Não é nossa! Alertamos as pessoas mas não licenciámos e esta é uma oportunidade de facto para alertar as pessoas, verem as condições e, que estão, se estão disponíveis para fazer a requalificação dos espaços ou então já não têm iniciativa de fazer qualquer evento! Portanto foram estes os argumentos que nos levaram agora a rejeitar estas competências, sendo certo que depois em junho, quando vamos ter que nos pronunciar sobre dois mil e vinte, faremos uma nova análise e veremos se há evolução ou não e depois decidimos, em conformidade com aquilo que a nossa consciência e os argumentos, que tivermos válidos, nos disser!” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que proferiu as seguintes palavras: -

----- “Já não é a primeira vez que acusa a nossa bancada, só o facto de pedir aqui esclarecimentos, que não há diálogo com o nosso Vereador, não corresponde minimamente à verdade e além disso é uma falta de respeito pelo Órgão deliberativo da Assembleia Municipal, é aqui que devem ser discutidos. Se nós elogiamos o público que vem aqui participar nesta Assembleia, faz todo o sentido, assim se impõe que todos os esclarecimentos sejam aqui prestados nesta Assembleia, como prestou agora estes últimos, bastantes relevantes e estou certo que havia aqui muitos Deputados Municipais e muitos Penaguienses que não sabiam dessas implicações por isso não entendo! -----

----- Entendo eu, mas o Senhor Presidente faça aquilo que entender, ou seja fazer essa acusação é uma total falta de respeito pela Assembleia Municipal e pelo público que vem aqui participar!” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que proferiu as seguintes palavras:



----- “Esta falta de respeito é muito relativo, porque se as pessoas soubessem faziam ao contrário, se as pessoas soubessem e dominassem e não andassem aqui a deitar areia para os olhos de quem nos vem ver, diziam assim: -----

----- Olhe Senhor Presidente, o argumento (a) nós concordamos, o argumento (b) nós não concordamos, o (c), concordamos, só que não sabem quais são! Essa é que é a diferença, é que não sabiam, porque se soubessem diziam assim, Senhor Presidente olhe o argumento (a) nós aceitamos, o (b) nós não aceitamos, o (c) nós aceitamos e a Assembleia sabia-os todos, em vez de ser eu a falar seria a bancada, a bancada não o fez porque não sabe, porque se os soubesse tinha-os dito e não sabe, e, a gente sabe que eles que sabem, que nós que sabemos, porque é que não sabem! Que fique bem claro, eu tenho todo o gosto e vou explicar a todos, agora nesta questão os argumentos são objetivos, aí é o argumento a), b), c) e d), se a intenção da bancada do Partido Social Democrata é esclarecer a Assembleia, então dizia o argumento (a) nós concordamos, o (b) nós não concordamos, o (c) concordamos, etc. Não, vem deitar uma nuvem para cima da Assembleia como se o executivo quisesse esconder alguma coisa, ou não tivesse respeito, são coisas bem diferentes! E nós quando vimos discutir um assunto, todos nós devemos saber e contestar aquilo que é discutido nos outros órgãos. Portanto que fique bem claro, porque em termos da Assembleia eu dou as explicações todas. Mas também é verdade que muitas vezes, já ouvimos várias vezes que não são consonantes, porque nas últimas, e, que fique bem claro para a Assembleia também saber, na última discussão sobre transferências de delegações de competências, os votos não foram iguais!”

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que proferiu as seguintes palavras: -

----- “O Senhor além de não esclarecer, não fala a verdade! Diga-me onde houve alguma discordância entre o que foi votado na Assembleia e no Executivo? -----



----- *E repito-lhe mais uma vez, e se houvesse, qual era o problema? Não era nenhum! Nós aqui temos total lealdade com o nosso Vereador, mas também total liberdade, já o disse mais que uma vez, que nós não partilhamos o seguidismo da bancada do Partido Socialista.* -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade, rejeitar a transferência de competências na área da Proteção e Saúde Animal e no domínio da Cultura.** -----

----- **2.3** – Discutir o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). ---

----- Presente proposta da Câmara Municipal, sobre o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, com o seguinte teor: -----

----- *“Presente à reunião Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição – 2018, para conhecimento do Executivo Municipal, em cumprimento do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, o qual fica a fazer parte integrante da presente ata.”* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- Não foram registados pedidos de intervenção. -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.**-----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição, para intervenção do público presente. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos foi presente à Mesa um pedido de uso da palavra, de acordo com o disposto no artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta



de Penaguião, pelo Senhor António Correia, com o assunto: “Agradecimentos e Abertura do Hotel”. -----

----- Iniciou a sua intervenção proferindo as seguintes palavras: -----

----- “Olá, boa noite, já é quase noite! -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Vice-Presidente, Deputados, Vereadores, amigos, toda a gente se conhece! Portanto, eu tenho três minutos, eu vou ser rápido. -----

----- Estivemos aqui desde o início, desde a construção do “Magnificatwine”, eu tive o prazer de estar desde o início, foi interesse Municipal e portanto acho que na parte final também era bom eu estar aqui para vos dar um feedback de toda esta situação, destes dois anos que foram fantásticos, um bocadinho cansado como é lógico numa obra daquelas! -----

----- Quero agradecer a todos pela forma como acreditaram, não todos mas a maior parte, realmente é uma coisa visível, está na parte final, temos só a parte dos carpinteiros e a seguir tem a parte mais importante que é o começo. -----

----- Estamos também aqui a tratar já das licenças e isso peço a todo o elenco do Executivo, que está a ser tratado o mais rápido possível, logicamente também mantenho a minha palavra, de todos os colaboradores que vão estar na empresa e por ser interesse Municipal, mantenho aqui a minha palavra que mais de oitenta e cinco por cento são gente da nossa terra! Estão aqui alguns exemplos que trouxe da Cumieira, a Tânia, a Rita, alguma gente que está aqui, a Liliana é a única de fora, da Régua, basicamente é quase, (sete para um), o Pedro que é de Lobrigos, a Ana, tanta gente, a maior parte dos colaboradores são de cá e vou manter a minha palavra, aqueles que eu lhes disse sempre que estariam cá, que vi os currículos, vão estar lá, só tenho uma palavra e portanto é esta a palavra que eu vou ter até ao final. -----

----- Houve dificuldades, claro que há, um empreendimento daqueles não é fácil, está bem estruturado, temos parcerias com tudo o que vocês já vão começando a ver, algumas coisas



no “Facebook” e por aí a fora, vamos ter “Instagram”. Não sou eu quem responde, porque a página está a ser gerida por outras pessoas, portanto neste momento não vamos responder a quase nada, só mesmo para vos agradecer, e quanto mais cedo tivermos as licenças logicamente, os meus colaboradores que são trinta e seis, vão estar o mais rápido possível a trabalhar naquela casa. Independentemente disso, dia oito de março posso-vos já dizer que vamos começar a fazer os contratos e vamos começar a fazer toda a parte de logística dos Recursos Humanos e portanto é com orgulho que eu assim o faço! -----

----- Mas só para acabar, vou também tentar, que não tem nada a ver aqui com o que se falou aqui. -----

----- Já tornei isto público em que vamos tentar, sobretudo às pessoas que tenham comércio, mas isso não tem nada a ver atenção, com aquilo que estiveram a falar, porque já tornei isto público. -----

----- Toda a gente do Concelho que tenha um supermercado, ou uma coisa qualquer que consiga vender as coisas para aquele hotel, faz todo o sentido que a economia seja à volta aqui do nosso Concelho. -----

----- Espero eu que a inauguração seja num futuro próximo. Eu vim aqui neste momento, porque não sabia se iria haver mais alguma Assembleia entretanto, porque não faço a mínima ideia sou sincero, se é em abril se é em maio por aí a fora, não estou muito a par dessas coisas, tenho mais com que me preocupar, portanto é um bocadinho isto, agradecer-vos este “Interesse Municipal” desde o início, porque isto é preciso perceber que esta é só a maior obra do Concelho não só pelas parcerias, mas por tudo que vai englobar. -----

----- No futuro, claro que muitos de vocês não sabe o que se vai passar, mas vão ter depois acesso a sinergias, espero ter-vos a todos como sempre, e, obrigado por tudo desde o início, porque vocês se estiveram comigo desde o início, vão estar também até ao fim. -----

----- Muito obrigado e, para os meus colaboradores, um até já! -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que proferiu as seguintes palavras: -

----- *“Só queria fazer um pequeno elogio e um agradecimento, aqui ao empresário do Concelho. -----*

----- *Para dizer ao “Toni”, somos do tempo de escola, tu não tens que agradecer nada a esta Assembleia, esta Assembleia é que tem que te agradecer a ti pela tua coragem de fazer um investimento dessa “monta” em Santa Marta de Penaguião, por isso quem agradece somos nós e desejar-te o máximo de felicidades e sucesso. -----*

----- O Senhor Presidente da Assembleia finalizou, proferindo as seguintes considerações: ---

----- *“Não podíamos terminar da melhor forma esta Sessão da Assembleia, com a intervenção do “Toni”, ao comunicar-nos, portanto, que está para breve a inauguração e entrada em funcionamento de um investimento que é importantíssimo para o Concelho, para a nossa terra, portanto só nos resta dar os parabéns e desejar que de facto este sonho que se vai concretizar, possa perdurar por muitos e muitos anos e que se traduza de facto numa realidade concreta para o desenvolvimento do nosso Concelho. Bem-haja!” -----*

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 19:15 horas. -----

O Presidente da Assembleia,

José Alberto Moreira Araújo

O 1.º Secretário,

Rosa Martins Cardoso